



Município de Vila Pouca de Aguiar

REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO E VENDA AMBULANTE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

LEI HABILITANTE

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa; alínea g) do número 1 do artigo 25.º conjugado com a alínea k) do número 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 27/2013 de 12 de abril; do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e Conselho, de 12 de dezembro.

ARTIGO 2.º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O presente regulamento aplica-se à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes no concelho de Vila Pouca de Aguiar, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam.
2. O presente regulamento aplica-se ainda à actividade de venda ambulante em zonas e locais públicos autorizados.
3. Exclui-se do âmbito de aplicação do presente regulamento o regime da prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário, o qual fica sujeito à comunicação prévia com prazo, nos termos do artigo 6.º do Decreto-lei 48/2011, de 1 de abril.



Município de Vila Pouca de Aguiar

ARTIGO 3.º

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

Atividade de feirante - A atividade de comércio exercida de forma não sedentária, em instalações fixas ao solo de forma precária e em locais cobertos ou descobertos;

Colaboradores permanentes - As pessoas singulares que auxiliam no exercício da atividade e que como tal sejam indicados pelo titular do direito de ocupação perante a Câmara Municipal;

Comércio por grosso - A atividade a título habitual e profissional de compra de mercadorias em seu próprio nome e por sua conta, para revenda a transformadores, utilizadores profissionais ou grandes utilizadores;

Comércio a retalho - A atividade exercida por pessoa singular ou coletiva que, a título, profissional e habitual, compra mercadorias em seu próprio nome e por sua conta e as revende diretamente ao consumidor final;

Espaços de ocupação ocasional em feira - Os lugares destinados a participantes ocasionais, nomeadamente:

- Pequenos agricultores que não estejam constituídos como agentes económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência;
- Vendedores ambulantes;
- Outros participantes ocasionais, nomeadamente artesãos.

Espaços de venda ambulante - As zonas e locais em que a Câmara Municipal autorize o exercício da venda ambulante.

Espaço de venda em feira - Área demarcada pela Câmara Municipal numa determinada feira, para o exercício da actividade de feirante, cuja atribuição é feita por sorteio;



Município de Vila Pouca de Aguiar

Espaços de venda reservados - Os espaços de venda já atribuídos a feirantes à data de entrada em vigor deste regulamento ou posteriormente atribuídos, após a realização do sorteio a que se refere o artigo 25.º e seguintes do presente Regulamento;

Familiares - O cônjuge e os parentes na linha reta ascendente e descendente;

Feira - O evento autorizado pela Câmara Municipal, que congrega periodicamente ou ocasionalmente no mesmo recinto vários agentes de comércio a retalho, onde é exercida a atividade de feirante e que não esteja abrangido pelo artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, com as alterações subsequentes;

Feirante - A pessoa singular ou coletiva que seja titular do cartão de feirante, ou do documento válido a que se refere o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e que exerça de forma habitual a atividade de comércio a retalho não sedentária em espaços, datas e frequência determinados pela Câmara Municipal;

Plano de ordenamento de feiras - Instrumento de planeamento e gestão de uma feira através do qual se define o modelo de organização espacial daquele evento, bem como as regras de instalação, funcionamento e administração do recinto;

Recinto de feira - Espaço público ou privado, ao ar livre ou no interior, destinado à realização de feiras, e que reúna os requisitos exigidos no artigo 19.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril;

Vendedor ambulante - A pessoa singular ou coletiva que exerce de forma habitual a atividade de comércio a retalho de forma itinerante, incluindo em instalações móveis ou amovíveis.

ARTIGO 4.º

LOCAL E HORÁRIO DAS FEIRAS

1. Na circunscrição territorial do concelho de Vila Pouca de Aguiar realizam-se feiras nas localidades de Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas, Campo de Jales e Sabroso de Aguiar.
2. A Feira de Vila Pouca de Aguiar é bimensal e realiza-se nos dias 5 e 25 de cada mês, das 06h00 às 17h30, na Praça João Paulo II.



Município de Vila Pouca de Aguiar

3. A Feira de Pedras Salgadas é bimensal e realiza-se nos dias 16 e 28 de cada mês, das 06h00 às 17h30, no Largo do Toural.
4. A Feira de Campo de Jales é mensal e realiza-se no dia 19 de cada mês, das 06h00 às 17h30, no Largo do Souto, excepto quando o dia 19 coincida com domingos transitará para sábado.
5. A Feira de Sabroso de Aguiar é mensal e realiza-se no segundo sábado de cada mês, das 06h00 às 17h30, no Largo do Sobreiro.
6. Quando o dia em que se realize a feira de Vila Pouca de Aguiar e Pedras Salgadas, coincidir com sábado ou dia feriado, em que o descanso seja obrigatório, aquela realizar-se-á no dia anterior, quando coincidir com domingo, transita para o dia seguinte.
7. A feira de Natal, realizada em Vila Pouca de Aguiar, ocorrerá no dia 23, salvo se este coincidir com sábado ou domingo, caso em que transitará para o dia útil anterior.

ARTIGO 5.º

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA REALIZAÇÃO DAS FEIRAS

1. A Câmara Municipal poderá, sempre que circunstâncias excepcionais o exijam, alterar o local e o período de funcionamento da feira.
2. Por motivos de força maior ou nos casos em que se verifique a necessidade de se proceder a operações de manutenção, poderá a feira ser suspensa, pelo período de tempo estritamente necessário, sem que para isso assista qualquer tipo de indemnização, suspensão essa que será comunicada com a devida antecedência.
3. A suspensão temporária da realização da feira não afeta a titularidade do direito de ocupação dos espaços de venda reservados.
4. Durante o período em que a realização da feira estiver suspensa não é devido o pagamento das taxas pela ocupação dos espaços de venda reservados.



Município de Vila Pouca de Aguiar

ARTIGO 6.º

AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE FEIRAS

1. Compete à Câmara Municipal decidir e determinar a periodicidade e os locais onde se realizam as feiras do Município, bem como autorizar a realização das feiras em espaços públicos ou privados, depois de ouvidas as entidades representativas dos interesses em causa, nomeadamente as associações representativas dos feirantes e dos consumidores, as quais dispõem de um prazo de resposta de 15 dias.
2. Os pedidos de autorização de feiras são requeridos por via eletrónica no balcão único eletrónico dos serviços, com uma antecedência mínima de 25 dias sobre a data da sua instalação ou realização, devendo conter, designadamente:
 - a) A identificação completa do requerente;
 - b) A indicação do local onde se pretende que a feira se realize;
 - c) A indicação da periodicidade, horário e tipo de bens a comercializar;
 - d) A indicação do código da CAE 82300 «Organização de feiras, congressos e outros eventos similares», quando o pedido seja efetuado por uma entidade gestora privada estabelecida em território nacional.
3. A confirmação do código da CAE correspondente à atividade exercida a que se refere a alínea d) do número anterior é efetuada através da consulta à certidão permanente do registo comercial ou à base de dados da AT, consoante se trate de pessoa coletiva ou singular.
4. A decisão da Câmara Municipal deve ser notificada ao requerente no prazo de cinco dias a contar da data da receção das observações das entidades consultadas ou do termo do prazo referido no n.º 1, considerando-se o pedido tacitamente deferido decorridos 25 dias contados da data da sua receção.



Município de Vila Pouca de Aguiar

5. Ocorrendo o deferimento tácito do pedido de autorização, o comprovativo eletrónico da entrega no balcão único eletrónico dos serviços, acompanhado do comprovativo do pagamento das quantias devidas nos termos do presente regulamento, é, para todos os efeitos, título suficiente para a realização da feira.
6. Até ao início de cada ano civil, a Câmara Municipal deve aprovar e publicar no seu sítio na Internet o seu plano anual de feiras e os locais, públicos ou privados, autorizados a acolher estes eventos, o qual deve ser atualizado trimestralmente quando se verifique o disposto no número seguinte.
7. Sem prejuízo da obrigação de publicitação do plano anual de feiras constante do número anterior, a Câmara Municipal pode autorizar, no decurso de cada ano civil, eventos pontuais ou imprevistos, incluindo os organizados por prestadores estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que aqui venham exercer a sua atividade.

ARTIGO 7.º

REALIZAÇÃO DE FEIRAS POR ENTIDADES PRIVADAS

1. Qualquer entidade privada, singular ou coletiva, designadamente as estruturas associativas representativas de feirantes, pode realizar feiras em recintos cuja propriedade é privada ou em locais de domínio público.
2. A cedência de exploração de locais de domínio público a entidades privadas para a realização de feiras é efetuada nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com as alterações subsequentes, e do regime jurídico da contratação pública.
3. A realização das feiras pelas entidades referidas no n.º 1 está sujeita à autorização da Câmara Municipal nos termos do artigo anterior.
4. Os recintos a que se refere o n.º 1 devem preencher os requisitos previstos no artigo 8º do presente regulamento.



Município de Vila Pouca de Aguiar

5. A entidade privada que pretenda realizar feiras deve elaborar proposta de regulamento, nos termos e condições estabelecidos no n.º 2 a 4 e 7 do artigo 20.º da Lei n.º 27/2013, e submetê-lo à aprovação da respetiva câmara municipal através do balcão único eletrónico dos serviços, considerando-se o pedido tacitamente deferido em caso de ausência de resposta por parte da câmara no prazo de 10 dias, contado da data da sua receção.
6. A atribuição do espaço de venda em recintos públicos deve respeitar o disposto nos artigos 24 e seguintes do presente regulamento.

CAPÍTULO II

DOS RECINTOS DAS FEIRAS

ARTIGO 8.º

CONDIÇÕES DOS RECINTOS

1. As feiras podem realizar -se em recintos públicos ou privados, ao ar livre ou no interior.
2. Os recintos das feiras devem obedecer às seguintes condições gerais:
 - a) O recinto esteja devidamente delimitado, acautelando o livre acesso às residências e estabelecimentos envolventes;
 - b) O recinto esteja organizado por setores, de acordo com a CAE para as atividades de feirante;
 - c) Os lugares de venda se encontrem devidamente demarcados;
 - d) As regras de funcionamento estejam afixadas;
 - e) Existam infraestruturas de conforto, nomeadamente instalações sanitárias, rede pública ou privada de água, rede elétrica e pavimentação do espaço adequadas ao evento;



Município de Vila Pouca de Aguiar

- f) Possuam, na proximidade, parques ou zonas de estacionamento adequados à sua dimensão.

ARTIGO 9.º

ESPAÇOS DE VENDA E DE REALIZAÇÃO DAS FEIRAS

1. A câmara municipal aprovará, para a área de cada feira, uma planta de localização dos diversos setores de venda, dentro dos quais poderão ser assinalados espaços de venda.
2. Esta planta deverá estar exposta nos locais em que funcionam as feiras, de forma a permitir fácil consulta quer para os utentes quer para as entidades fiscalizadoras.
3. O espaço em concreto a disponibilizar, sem prejuízo do disposto nos números anteriores, deverá ser devidamente informado aos vendedores feirantes pelos responsáveis pela gestão e organização da feira.

ARTIGO 10.º

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DAS FEIRAS

1. O recinto correspondente a cada feira é organizado de acordo com as características próprias do local e do tipo de feira a realizar.
2. Compete à câmara municipal estabelecer o número dos espaços de venda para cada feira, bem como a respetiva disposição no recinto da feira, diferenciando os espaços de venda reservados dos espaços de ocupação ocasional e atribuindo a cada espaço uma numeração.
3. Sempre que motivos de interesse público ou de ordem pública atinentes ao funcionamento da feira, a câmara municipal pode proceder à redistribuição dos espaços de venda.
4. Na situação prevista no número anterior ficam salvaguardados os direitos de ocupação dos espaços de venda que já tenham sido atribuídos aos feirantes, designadamente no que respeita à área dos espaços de venda.



Município de Vila Pouca de Aguiar

ARTIGO 11.º

PRODUTOS COMERCIALIZADOS

1. A feira retalhista destina-se à venda de:

- a) Têxteis-lar;
- b) Vestuário e calçado;
- c) Tapeçarias, alcatifas, tapetes, carpetes, passadeiras;
- d) Miudezas e retrosaria;
- e) Loijas, cerâmica e outros utensílios de cozinha;
- f) Cosmética e bijutaria;
- g) Utensílios agrícolas;
- h) Material eléctrico, de vídeo e de som;
- i) Candeeiros;
- j) Brinquedos;
- k) Animais da raça bovina, ovina, caprina, suína e equídeos;
- l) Outros produtos ponderados caso a caso.

ARTIGO 12.º

COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS

1. No exercício do comércio não sedentário de animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína, equídeos, aves, coelhos e outras espécies pecuárias, devem ser observadas as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/2008, de 10 de novembro, 316/2009, de 29 de outubro, 85/2012, de 5 de abril, e 260/2012, de 12 de dezembro.
2. No exercício do comércio não sedentário de animais de companhia devem ser observadas as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, alterado pelos



Município de Vila Pouca de Aguiar

Decretos-Leis n.ºs 315/2003, de 17 de dezembro, e 265/2007, de 24 de julho, pela Lei n.º 49/2007, de 31 de agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 255/2009, de 24 de setembro, e 260/2012, de 12 de dezembro.

ARTIGO 13.º

COMERCIALIZAÇÃO DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

Os feirantes e os vendedores ambulantes que comercializem produtos alimentares estão obrigados, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro, ao cumprimento das disposições do Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios, sem prejuízo do cumprimento de outros requisitos impostos por legislação específica aplicável a determinadas categorias de produtos.

CAPÍTULO III

EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

ARTIGO 14.º

FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES

1. O exercício da atividade de comércio a retalho de forma não sedentária e de vendedor ambulante só é permitido aos detentores de título de exercício da atividade, mediante uma mera comunicação prévia na Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), através do preenchimento de formulário eletrónico no balcão do empreendedor.
2. Com a regular mera comunicação prévia nos termos definidos no número anterior é emitido um título de exercício de atividade, do qual consta a data da sua apresentação, o



Município de Vila Pouca de Aguiar

número de registo na DGAE, a identificação ou firma do feirante ou vendedor ambulante, a classificação portuguesa de atividades económicas (CAE), o endereço da sede ou domicílio fiscal do feirante ou vendedor ambulante e a identificação dos colaboradores da empresa afetos ao exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário.

3. O feirante e o vendedor ambulante podem requerer, facultativamente, no balcão do empreendedor, cartão de feirante e de vendedor ambulante em suporte duradouro, para si e ou para os seus colaboradores, mediante pagamento do respetivo custo, o qual tem, para todos os efeitos, o mesmo valor jurídico do título de exercício de atividade emitido nos termos do número anterior.
4. O título de exercício de atividade ou o cartão identificam o seu portador e a atividade exercida perante as entidades fiscalizadoras.
5. Compete à DGAE, ou à entidade que esta expressamente vier a designar, emitir o cartão referido no n.º 3.
6. O título de exercício de atividade e o cartão de feirante e de vendedor ambulante, são válidos para todo o território nacional, sem prejuízo da necessária autorização de ocupação de espaço do domínio público pela Câmara Municipal, quando aplicável.

ARTIGO 15.º

FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES DE OUTRO ESTADO MEMBRO

1. O feirante ou o vendedor ambulante legalmente estabelecido noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu pode exercer essa atividade em território nacional de forma ocasional e esporádica, sem necessidade de qualquer mera comunicação prévia e de emissão dos documentos identificativos previstos no n.º 1 e 3 do artigo 6.º do presente regulamento.



Município de Vila Pouca de Aguiar

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os prestadores de outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu ficam sujeitos às condições de exercício da atividade que lhes sejam aplicáveis, nomeadamente à atribuição de espaço de venda, bem como aos demais requisitos constantes dos artigos 9.º a 17.º e 22.º

SECÇÃO I

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE

ARTIGO 16.º

DIREITOS DOS FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES

Aos feirantes e vendedores ambulantes assistem, entre outros, os seguintes direitos:

- a) Utilizar da forma mais conveniente à sua atividade o espaço que lhes seja concedido, sem outros limites que não sejam os impostos por lei, por este Regulamento ou por outras normas municipais;
- b) Apresentar à Câmara Municipal quaisquer sugestões ou reclamações escritas, no que concerne à disciplina e funcionamento do recinto de venda;
- c) Os Feirantes podem aceder ao interior da feira com as suas viaturas de transporte de mercadorias, desde que identificadas;
- d) Obter apoio do pessoal em serviço na feira, nas questões com ela relacionadas;
- e) Utilizar os equipamentos e estruturas que existam no espaço de venda para o exercício do seu comércio.

ARTIGO 17.º



Município de Vila Pouca de Aguiar

OBRIGAÇÕES DOS FEIRANTES

1. Os feirantes obrigam-se à observância das condições da licença, das disposições do presente regulamento e demais legislação em vigor aplicável.
2. Os feirantes devem, em especial:
 - a) Afixar nos locais de venda, de forma bem visível e facilmente legível pelo público, um letreiro no qual consta a identificação ou firma e o número de registo da DAGAE.
 - b) Proceder ao pagamento das taxas de ocupação, nos termos definidos neste regulamento;
 - c) Exibir, sempre que lhe seja solicitado, às autoridades competentes para a fiscalização, o título de exercício da atividade ou o cartão de feirante, caso tenha optado pela sua requisição, devidamente atualizado;
 - d) Respeitar os limites do espaço de venda que lhe foi atribuído;
 - e) Abster-se de práticas comerciais desleais, enganosas ou agressivas;
 - f) Cumprir as normas higio-sanitárias exigidas para a comercialização de produtos alimentares;
 - g) Permitir aos funcionários municipais e autoridades sanitárias as inspeções e vistorias consideradas convenientes, assim como cumprir as suas ordens e determinações;
 - h) Tratar com urbanidade e respeito os funcionários municipais e o público em geral;
 - i) Responder pelos atos e omissões praticados pelos seus empregados ou colaboradores;
 - j) Comunicar à Câmara Municipal, a admissão ou substituição de empregados e colaboradores;
 - k) Manter e deixar os lugares de venda em estado de escrupulosa limpeza e arrumação;
 - l) Findo o período de funcionamento da atividade, e no prazo máximo de 1 hora, os feirantes são obrigados a remover todos os produtos e artigos utilizados no seu comércio e a abandonarem os respetivos locais de venda;



Município de Vila Pouca de Aguiar

- m) Cumprir as normas legais e regulamentares sobre higiene, salubridade, segurança, apresentação, embalagem e acondicionamento dos produtos destinados à venda ao público;
- n) Comunicar à Câmara Municipal, com antecedência mínima de 30 dias, o abandono de ocupação de lugar de feira;
- o) Proceder à deposição seletiva dos resíduos das embalagens;
- p) Abster-se de comercializar produtos diferentes daqueles a que estão autorizados;

3. Constitui, ainda, obrigação dos feirantes a atualização no registo, através de comunicação no balão do empreendedor, até 60 dias após a sua ocorrência a alteração de endereço da sede ou domicílio fiscal, a alteração do ramo de atividade, a alteração derivada da admissão e ou afastamento de colaboradores para o exercício da atividade, bem como a cessação da mesma, nos termos definidos no art.º 6 da Lei n.º 27/2013 de 12 de abril.

ARTIGO 18.º

OBRIGAÇÕES DOS VENDEDORES AMBULANTES

1. Os vendedores ambulantes obrigam-se à observância das condições da licença, das disposições do presente regulamento e demais legislação em vigor aplicável.
2. Os vendedores ambulantes devem, em especial:
 - a) Abster-se de comercializar produtos diferentes daqueles a que estão autorizados;
 - b) Não lançar em espaço público os resíduos produzidos pela sua actividade;
 - c) Respeitar os locais fixados pela Câmara Municipal para estacionamento de veículos e reboques utilizados na venda ambulante;
 - d) Tratar com respeito e urbanidade os outros vendedores, consumidores e os funcionários municipais responsáveis pela gestão e fiscalização da actividade;
 - e) Abster-se de vender, expor ou deter produtos proibidos;



Município de Vila Pouca de Aguiar

- f) Respeitar o horário de venda ambulante estabelecido pela Câmara Municipal;
- g) Indicar, quando lhe seja exigido, às entidades competentes para a fiscalização o lugar onde guarda a mercadoria e facultar o acesso ao local.

ARTIGO 19.º

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

1- Os feirantes e vendedores ambulantes devem ser portadores, para apresentação imediata às entidades fiscalizadoras, dos seguintes documentos:

- a) Título de exercício da atividade, ou cartão, referidos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º, respectivamente, atualizados, ou documento de identificação nos casos previstos pelo art.º 8 da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril para os feirantes ou vendedores ambulantes legalmente estabelecidos noutro Estado membro que exerçam a atividade de forma ocasional ou esporádica;
- b) Faturas ou documentos equivalentes, comprovativos da aquisição de produtos para venda ao público, os quais devem ser datados, numerados sequencialmente e conter os elementos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

2- Excetuam-se do disposto no número anterior:

- a) Os pequenos agricultores que não estejam constituídos como agentes económicos, que pretendam participar na feira para vender produtos da sua própria produção, por razões de subsistência devidamente comprovadas pela junta de freguesia da área de residência; e
- b) Outros participantes ocasionais, nomeadamente artesãos.

SECÇÃO II

CONDICIONALISMOS DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE



Município de Vila Pouca de Aguiar

ARTIGO 20.º

PROIBIÇÕES

1. É proibido aos vendedores ambulantes:
 - a) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de peões ou de veículos;
 - b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos;
 - c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso ou a exposição dos estabelecimentos comerciais.
2. É proibida a venda ambulante à atividade comercial por grosso.
3. É proibido o comércio a retalho não sedentário dos seguintes produtos:
 - a) Produtos fitofarmacêuticos abrangidos pela Lei n.º 26/2013, de 11 de abril;
 - b) Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
 - c) Aditivos para alimentos para animais, pré-misturas preparadas com aditivos para alimentos para animais e alimentos compostos para animais que contenham aditivos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 1831/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro;
 - d) Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;
 - e) Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com exceção do álcool desnaturado;
 - f) Moedas e notas de banco, exceto quando o ramo de atividade do lugar de venda corresponda à venda desse produto estritamente direcionado ao colecionismo;
 - g) Veículos automóveis e motociclos, em modo ambulante.
 - h) Produtos suscetíveis de violar direitos de propriedade industrial, bem como a prática de atos de concorrência desleal, nos termos da legislação em vigor.



Município de Vila Pouca de Aguiar

4. Além dos produtos referidos no número anterior, por razões de interesse público poderá ser proibido pelo Município a venda de outros produtos, a anunciar em edital e no seu sítio na Internet.

ARTIGO 21.º

PUBLICIDADE ENGANOSA

Não são permitidas, como meio de suggestionar aquisições pelo público, falsas descrições ou informações sobre a identidade, origem, natureza, composição, qualidade, propriedades ou utilidade dos produtos expostos para venda.

ARTIGO 22.º

PUBLICIDADE SONORA

É proibido o uso de publicidade sonora nos recintos das feiras exceto no que respeita à comercialização de cassetes, de discos e de discos compactos, mas sempre com absoluto respeito pelas normas legais e regulamentares quanto à publicidade e ao ruído.

ARTIGO 23.º

AFIXAÇÃO DE PREÇOS

É obrigatória a afixação, dos preços dos produtos expostos, nos termos do Decreto-lei n.º 138/90, de 26 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 13 de maio, designadamente:



Município de Vila Pouca de Aguiar

- a) O preço deve ser exibido em dígitos de modo visível, inequívoco, fácil e perfeitamente legível, através da utilização de letreiros, etiquetas ou listas;
- b) Os produtos pré-embalados devem conter o preço de venda e o preço por unidade de medida;
- c) Nos produtos vendidos a granel deve ser indicado o preço por unidade de medida;
- d) Nos produtos comercializados à peça deve ser indicado o preço de venda por peça;
- e) O preço de venda e o preço por unidade de medida devem referir-se ao preço total, devendo incluir todos os impostos, taxas ou outros encargos.

CAPÍTULO IV

DA ATRIBUIÇÃO E OCUPAÇÃO DOS LUGARES DE VENDA

SECÇÃO I

DAS FEIRAS

ARTIGO 24.º

ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS DE VENDA

- 1. A atribuição do espaço de venda em feiras realizadas em recintos públicos é efetuada através de sorteio, por ato público.
- 2. Por cada feirante será permitida a ocupação no máximo de um espaço de venda.
- 3. O direito de ocupação dos espaços de venda é atribuído pelo prazo de cinco anos (sugestão das associações) e mantém-se na titularidade do feirante enquanto este tiver a sua atividade autorizada nos termos do presente regulamento e der cumprimento às obrigações decorrentes dessa titularidade e desde que não se verifique a extinção deste direito nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do presente regulamento.



Município de Vila Pouca de Aguiar

4. Os feirantes que à data de entrada em vigor do presente regulamento já forem titulares do direito de ocupação de espaços de venda mantêm a titularidade desse direito, nos termos do disposto no número anterior.
5. Os espaços de venda atribuídos através de sorteio são designados de «espaços de venda reservados».
6. Os espaços de venda reservados devem ser ocupados na primeira feira realizada após a data da realização do sorteio de atribuição.

ARTIGO 25.º

SORTEIO DOS ESPAÇOS DE VENDA

1. O ato público do sorteio será anunciado em edital, em sítio na Internet da câmara municipal ou da entidade gestora do recinto, num dos jornais com maior circulação no município e ainda no balcão único eletrónico dos serviços, prevendo um período mínimo de 20 dias para aceitação de candidaturas.
2. Da publicitação do sorteio, constarão os seguintes elementos:
 - a) Identificação da câmara municipal, endereço, números de telefone, fax e horário de funcionamento;
 - b) Dia, hora e local da realização do sorteio;
 - c) Prazo de candidatura;
 - d) Identificação dos espaços de venda em harmonia com o disposto no n.º 1 do art. 19º do presente regulamento;
 - e) Período pelo qual os espaços serão atribuídos;
 - f) O montante da taxa a pagar pelos espaços de venda;
 - g) Outras informações consideradas úteis.



Município de Vila Pouca de Aguiar

3. Quando a entidade gestora do recinto da feira seja uma entidade diferente do município, a autorização de ocupação dos espaços de venda e o preço dessa ocupação serão definidos pelos órgãos próprios dessa entidade.

ARTIGO 26.º

ADMISSÃO AO SORTEIO

Só serão admitidos ao sorteio, de determinado espaço de venda, os titulares de documento comprovativo da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedores ambulantes nos termos do n.º1 do art.º 5.º da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, e mostrem que se encontra regularizada a situação perante a Administração Fiscal e Segurança Social, no âmbito do exercício da sua atividade.

ARTIGO 27.º

PROCEDIMENTO DE SORTEIO

1. O ato público do sorteio, bem como o esclarecimento de dúvidas e a resolução de eventuais reclamações surgidas será da responsabilidade de um júri, composto por um presidente e dois vogais, nomeados por despacho do presidente da câmara municipal.
2. Findo o sorteio, tudo quanto nele tenha ocorrido será lavrado em ata, que será assinada pelos membros do júri.
3. De cada atribuição de espaços de venda será lavrado o respetivo alvará de licença, que será entregue ao contemplado nos dez dias subsequentes
4. Do alvará de licença devem constar os seguintes elementos:
 - a) Identificação completa do titular;



Município de Vila Pouca de Aguiar

- b) Identificação dos empregados e/ou colaboradores que estão autorizados a ajudar o titular; Identificação do lugar ocupado, sua dimensão e localização;
- c) Tipo de produtos autorizado a comercializar;
- d) Condições especiais da ocupação;
- e) Data da emissão e validade da licença.

ARTIGO 28.º

FALTA DE CANDIDATOS AO SORTEIO

Quando não haja interessados no sorteio aberto, proceder-se-á à abertura de novo procedimento no prazo máximo de cento e oitenta dias.

ARTIGO 29.º

CADUCIDADE E SUSPENSÃO DA LICENÇA

1. Sem prejuízo de eventual responsabilidade contra-ordenacional, a Câmara Municipal pode declarar a caducidade da licença nas condições resultantes da lei geral aplicável e, especialmente, nos seguintes casos:

- a) Quando o ocupante não cumprir o pagamento das taxas previstas, no prazo devido, mais de duas vezes no mesmo ano;
- b) Quando o ocupante ceder a terceiros, a qualquer título, a ocupação ou a exploração do lugar de venda;
- c) Quando o titular da licença permitir a admissão ou substituição de empregados e colaboradores sem que tal facto seja previamente comunicado à Câmara Municipal.
- d) Quando o ocupante utilizar o lugar para fim diverso daquele para o qual foi destinado;

2. A Câmara Municipal pode ainda suspender a licença quando haja indícios da existência das condutas referidas no número anterior, susceptíveis de lesar os interesses do Município ou de



Município de Vila Pouca de Aguiar

perturbar o normal funcionamento da feira, até à conclusão de processo de inquérito instaurado para o efeito e por prazo não superior a 60 dias.

ARTIGO 30.º

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VENDA RESERVADOS

1. A requerimento do feirante, a câmara municipal de Vila Pouca de Aguiar pode autorizar a transferência, para o cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e descendentes do 1.º grau, do direito de ocupação dos espaços reservados, quando este não haja caducado.
2. A transferência do direito a que se refere o número anterior pode igualmente ser requerida pelo feirante para pessoa coletiva na qual o mesmo tenha participação no respetivo capital social.
3. No seu requerimento, o feirante deve expor, de modo fundamentado, as razões pelas quais solicita a transferência do direito de que é titular; o requerimento deve ser acompanhado de documentos comprovativos das razões invocadas pelo feirante e, no caso de transferência para pessoa coletiva, da sua participação no capital social.
4. A transferência de titularidade tem carácter definitivo, não podendo tal titularidade ser posteriormente reclamada pelo feirante que requereu a autorização para a transferência.
5. A autorização para a transferência de titularidade produz efeitos a partir da apresentação, pelo novo titular, de documento comprovativo da mera comunicação prévia junto da Direcção-Geral das Atividades Económicas (DGAE).

ARTIGO 31.º

TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VENDA RESERVADOS POR MORTE DO FEIRANTE

1. No caso de morte do feirante, o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e



Município de Vila Pouca de Aguiar

bens e, na falta ou desinteresse deste, os descendentes do 1.º grau podem requerer a transferência de titularidade do direito de ocupação dos espaços de venda reservados, quando este não haja caducado, no prazo de 60 dias a contar da data do óbito.

2. O requerimento deve ser acompanhado de certidão de óbito do feirante e documento comprovativo do parentesco do requerente.
3. Decorrido o prazo fixado no n.º 1 do presente artigo, sem que seja requerida a transferência, considera-se extinto o direito de ocupação dos espaços de venda reservados.

SECÇÃO II

DA VENDA AMBULANTE

ARTIGO 32.º

LUGARES DE VENDA AMBULANTE

1. É permitido em toda à área do município de Vila Pouca de Aguiar a venda ambulante, desde que disposições legais não o proibam.
2. Por deliberação da Câmara Municipal, invocando razões de interesse público, pode ser restringida a venda ambulante em determinadas épocas do ano, bem como em certas áreas do município.

ARTIGO 33.º

HORÁRIO

1. A venda ambulante exerce-se dentro dos limites legalmente estabelecidos para o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais similares.

ARTIGO 34.º

LOCAIS DE VENDA AMBULANTE PROIBIDOS



Município de Vila Pouca de Aguiar

1. É proibido exercer a venda ambulante:
 - a) Nos portais, átrios, vãos de entrada de edifícios, quintais e outros lugares com acesso à via pública;
 - b) Em locais situados a menos de 50 metros dos Paços do Município, do Palácio da Justiça, Centro de Saúde, dos estabelecimentos escolares do ensino básico e secundário, museus, castelo, imóveis de interesse público e igrejas;
 - c) A menos de 200 metros dos estabelecimentos comerciais que exerçam a mesma atividade;
 - d) A menos de 200 metros do Mercado Municipal e feira municipal;
 - e) De bebidas alcoólicas a menos de 200 de estabelecimentos escolares.
2. As distâncias previstas no número anterior são aferidas por referência à distância percorrida pelo caminho pedonal mais curto, obedecendo as regras de circulação pedonal constantes do Código da Estrada.

CAPÍTULO VIII

DAS TAXAS

ARTIGO 35.º

TAXAS

1. Estão sujeitos ao pagamento de uma taxa de ocupação de espaço de venda, os feirantes e os vendedores ambulantes aos quais tenha sido atribuído um espaço de venda nos termos do disposto neste regulamento.
2. A liquidação do valor das taxas é efetuada automaticamente no balcão único eletrónico dos serviços e o pagamento dos mesmos é feito por meios eletrónicos após a comunicação da atribuição do espaço de venda ao interessado.
3. Nas situações de indisponibilidade do balcão único eletrónico dos serviços, a entidade competente dispõe de cinco dias após a comunicação ou do pedido para efetuar a liquidação



Município de Vila Pouca de Aguiar

das taxas, e de cinco dias após o pagamento para enviar a guia de recebimento ao interessado.

4. No caso do feirante ou do vendedor ambulante contemplado não proceder à liquidação do valor das taxas, a atribuição do espaço de venda extingue-se.
5. Estão ainda sujeitos ao pagamento de uma taxa os pedidos de autorização da realização de feiras por entidades privadas.
6. O valor das taxas a cobrar é o fixado na tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.
7. O pagamento do direito pela ocupação do lugar de venda na feira é efetuado trimestralmente na Tesouraria da Câmara Municipal ou sedes de freguesia do local onde se realiza a feira, sem prejuízo de outros meios disponibilizados pelos respetivos serviços, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia oito do primeiro mês a que respeita cada trimestre.
8. O pagamento do direito pela ocupação de espaço do domínio público para o exercício da atividade de venda ambulante é efetuado anualmente na Tesouraria da Câmara Municipal, sem prejuízo de outros meios disponibilizados pelos respetivos serviços.
9. O pedido de renovação do direito de ocupação de espaço do domínio público, para o exercício da atividade de venda ambulante, deverá ser efetuado de dois de janeiro a quinze de março.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

ARTIGO 36.º

FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento, a instrução dos processos de contraordenação, bem como a aplicação das coimas e de sanções acessórias competem ao



Município de Vila Pouca de Aguiar

Presidente da Câmara Municipal, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, nomeadamente à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

ARTIGO 37.º

APREENSÃO PROVISÓRIA DE OBJETOS

1. Podem ser provisoriamente apreendidos pelas autoridades fiscalizadoras os objetos que serviram, ou estavam destinados a servir, para a prática de uma contraordenação, ou que por esta foram produzidos, e bem assim quaisquer outros que forem suscetíveis de servir de prova.
2. As autoridades fiscalizadoras remeterão imediatamente às autoridades administrativas a participação e as provas recolhidas.
3. Os objetos são restituídos logo que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeitos de prova, a menos que a autoridade administrativa pretenda declará-los perdidos.
4. Em qualquer caso, os objetos são restituídos logo que a decisão condenatória se torne definitiva, salvo se tiverem sido declarados perdidos.

ARTIGO 38.º

RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL

1. Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal nos termos da lei geral, as infrações ao disposto no presente regulamento constituem contraordenações:
 - a) A infração ao disposto no n.º 3 do artigo 7, n.º 6 do artigo 14 e n.º 1 do artigo 19 é punível com coima de €500,00 a €3000,00, ou de €1750,00 a €20 000,00, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.
 - b) A infração ao disposto no n.º 2 do artigo 17 n.º 2 do artigo 18 e artigo 20 é punível com coima de €250,00 a €3000,00, ou de €1250,00 a €20 000,00, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.
 - c) A infração ao disposto nos artigos 21 a 23 é punível com coima de €250,00 a



Município de Vila Pouca de Aguiar

€3000,00, ou de €1250,00 a €20 000,00, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.

- d) A infração de qualquer norma prevista no presente regulamento e não tipificada nas alíneas anteriores é punível com coima de €150,00 a €300,00, ou de €300,00 a €500,00, consoante o agente seja pessoa singular ou coletiva.
- 2. A negligência é punível, sendo os limites mínimos e máximos da coima reduzidos para metade.
- 3. Em caso de reincidência, os montantes mínimos e máximos da coima são elevados para o dobro.

ARTIGO 39.º

SANÇÕES ACESSÓRIAS

- 1. Para além da aplicação das coimas previstas no artigo anterior, em função da gravidade e da repetição das contraordenações podem ser ainda aplicadas as seguintes sanções acessórias:
 - a) Perda a favor do município de Vila Pouca de Aguiar de equipamentos, unidades móveis, mercadorias, artigos e produtos com o qual se praticou a infração;
 - b) Interdição por um período até dois anos de exercício da atividade de feirante e de vendedor ambulante;
- 2. A sanção prevista na alínea a), do número anterior, apenas poderá ser aplicada quando se verifique qualquer das seguintes situações:
 - a) Exercício da atividade de feirante e de venda ambulante sem a necessária autorização ou fora dos espaços de venda autorizados para o efeito;
 - b) Venda, exposição ou simples detenção para venda de mercadorias proibidas neste tipo de comércio.
- 3. Da aplicação das sanções acessórias pode dar-se publicidade a expensas do infrator num jornal de expansão local ou nacional.



Município de Vila Pouca de Aguiar

ARTIGO 40.º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão decididos pela Câmara Municipal.

ARTIGO 41.º

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

As competências atribuídas pelo presente regulamento à Câmara Municipal podem ser delegadas no Presidente da Câmara Municipal com faculdade de subdelegação.

ARTIGO 42.º

NORMA REVOGATÓRIA

A partir da entrada em vigor do presente regulamento, ficam revogadas todas as disposições regulamentares anteriores referentes à atividade de feirante e de venda ambulante na área do município de Vila Pouca de Aguiar.

ARTIGO 43.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor decorridos 10 dias úteis sobre a sua publicitação nos termos legais.